

---

***CTT Gest – Gestão de Serviços e  
Equipamentos Postais, SA***

Relatório e contas

31 de Dezembro de 2011



# CTT GEST – GESTÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS POSTAIS S.A.

## RELATÓRIO E CONTAS Exercício de 2011

Pessoa Colectiva N<sup>o</sup> 506818357 – Capital Social 1.600.000 Euros  
Mat. N<sup>o</sup> 13944/050131 4<sup>a</sup> Secção CRCL – Rua de S. José, 20, 1166-001 LISBOA

## RELATÓRIO DE GESTÃO



## RELATÓRIO DE GESTÃO

### Introdução

A CTT GEST – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, SA (CTT GEST) é uma empresa do Grupo CTT - Correios de Portugal, SA, criada em Dezembro de 2003, com o objetivo de prestar serviços de gestão às empresas do Grupo, nomeadamente nos seguintes domínios:

- ◇ Estudos de estratégia e de desenvolvimento empresarial;
- ◇ Prestação de serviços de assessoria e gestão empresarial;
- ◇ Locação de máquinas e equipamentos de tratamento, transporte e distribuição de envios postais e respetiva prestação de serviços;
- ◇ Licenciamento de direitos de propriedade intelectual;

Ao longo de 2011, a CTT Gest prestou serviços aos CTT, nomeadamente nos domínios da prestação de serviços de distribuição do correio empresarial nas cidades de Lisboa e Porto, e do outsourcing dos serviços de assistência em escala de terceiros de correio no aeroporto de Lisboa

### Governo da Sociedade

Na Assembleia-Geral da Sociedade realizada em 24 de Abril de 2009 foram eleitos, para o triénio 2009/2011 os membros dos órgãos sociais da sociedade. Foi igualmente deliberado que os membros eleitos na altura fossem dispensados da prestação de caução.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração  
Dr. Duarte Nuno Lopes Reis d'Araújo

Vogal do Conselho de Administração  
Eng.º Carlos de Jesus Dias Alves



Os membros eleitos são, simultaneamente vogais do Conselho de Administração dos CTT, Correios de Portugal, SA, não auferindo, assim, qualquer tipo de remuneração pelo exercício de funções na Sociedade

#### FISCAL ÚNICO

As funções de Fiscal Único são exercidas pela PricewaterhouseCoopers representada pelo Dr. Jorge Manuel Santos Costa ou pela Dra. Ana Maria Lopes Avilla de Oliveira Bertão, sendo suplente o Dr. José Manuel Henriques Bernardo, Revisor Oficial de Contas.

No exercício de 2011, a CTT Gest volta a apresentar um resultado líquido positivo.

#### Sustentabilidade da Empresa

No Relatório de Sustentabilidade 2011 do Grupo CTT constam os elementos referentes à Sociedade.

#### Prestação de serviços de assessoria e gestão empresarial

Em 2011, a CTT Gest prestou serviços de assessoria aos CTT em vários domínios relevantes para a prossecução de objetivos estratégicos definidos pelos CTT, S.A. Merecem particular realce as ações e estudos desenvolvidos no domínio do acompanhamento do processo do agenciamento da distribuição no que ao Correio Empresarial diz respeito.

#### Agenciamento da Distribuição

Neste domínio prosseguiu em 2011 a atividade da CTT Gest enquanto prestador de serviços para os CTT que se iniciara em 2009. Recorde-se que tinha sido decidido pelos CTT, S. A. que a Empresa lhe devia prestar serviços no âmbito da distribuição do Correio Empresarial e nas cidades de Lisboa e Porto.

Relativamente ao agenciamento da distribuição do Correio Empresarial procedeu-se, com efeitos a 1 de Julho, à transmissão de estabelecimento para a Mailtec Processos, ficando esta última responsável perante os CTT pelo cumprimento do estabelecido no contrato de prestação de serviços celebrado entre os CTT S.A. e a CTT Gest, S.A. em 2009.

## Recursos

Em termos de Recursos Humanos a Empresa tem atualmente 108 colaboradores no seu quadro de pessoal próprio, dos quais 102 são Quadros Superiores (100 cedidos aos CTT, 1 à Payshop e outro à Mailtec Processos).

A estes acrescem 17 trabalhadores cedidos pelos CTT.

A empresa oferece um seguro de saúde aos seus colaboradores.

## Resultados do Exercício

Dos resultados obtidos no exercício de 2011, sublinha-se o facto de o Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos e o resultado líquido serem francamente positivos e atingirem valores, respetivamente, de 1.382m€ e 1.084m€.

O Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) registou um decréscimo de 186m€ conforme se discrimina:

	valor milhares €			
	2011	2010	A/D	%
Prestações de Serviços	3.453	5.370	-1.917	-35,7%
Fornecimentos e serviços Externos	-1.929	-3.217	1.288	-40,0%
Gastos com o Pessoal	-2.553	-2.701	148	-5,5%
Provisões	20	-187	207	-110,7%
Outros Rendimentos e Ganhos	2.426	2.392	34	1,4%
Outros Gastos e Perdas	-3	-1	-2	200,0%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-32	-88	56	-63,6%
Resultado Operacional	1.382	1.568	-186	-11,9%

As prestações de serviços englobam a assessoria aos CTT no valor de 172m€, a prestação de serviços de *outsourcing* relativamente ao correio aéreo no valor de 798m€, a prestação de serviços de distribuição de correio empresarial no valor de 1.523m€ e os 'royalties' e licenças relativas a operações PayShop no valor de 960m€.



Os Fornecimentos e serviços externos registam um decréscimo de 40% passando para 1.929m€ devido à diminuição da prestação do serviço de distribuição de correio empresarial que originou uma descida acentuada na contratação de trabalho temporário.

Os custos com pessoal sofreram uma ligeira descida de 148m€ passando para 2.553m€.

As depreciações registam uma diminuição de 56m€ devido à alienação dos ativos fixos tangíveis à Mailtec Processos, Lda.

#### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

milhares de €	2011	2010	11-10 Var
Vendas e prestações de serviços	3.453	5.370	-35,7%
Fornecimentos e serviços externos	-1.929	-3.217	-40,0%
Gastos com o pessoal	-2.553	-2.701	-5,5%
Provisões	20	-187	-110,7%
Outros rendimentos e ganhos	2.426	2.392	1,4%
Outros gastos e perdas	-3	-1	200,0%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>1.414</b>	<b>1.656</b>	<b>-14,6%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-32	-88	-63,6%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>1.382</b>	<b>1.568</b>	<b>-11,9%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	101	35	188,6%
Juros e gastos similares incorridos	-6	-1	500,0%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>1.477</b>	<b>1.602</b>	<b>-7,8%</b>
Imposto sobre o rendimento	-393	-430	-8,6%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1.084</b>	<b>1.172</b>	<b>-7,5%</b>

## Situação Patrimonial

Da comparação dos balanços em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 ressaltam como alterações na situação patrimonial e financeira:

- ◇ O Ativo diminuiu em 1.077m€ montante que assenta fundamentalmente na redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa em 495m€, no decréscimo do saldo de clientes em 385m€ pela inexistência da fatura da distribuição empresarial e na redução do saldo das outras contas a receber em 163m€.
  
- ◇ A diminuição do Passivo em 989m€ deve-se à forte redução do saldo de Fornecedores, devido ao fim da distribuição empresarial, no montante de 482m€, o decréscimo do saldo de acionistas em 145m€ pela diminuição do valor do imposto a pagar, a descida no saldo das contas a pagar devido à redução dos encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2012 no montante de 248m€, e ainda a redução nos diferimentos de 40m€, das provisões de 20m€ e do Estado e Outros Entes Públicos de 54m€.
  
- ◇ A redução nos Capitais Próprios de 87m€ prende-se unicamente com o decréscimo do Resultado Líquido.

BALANÇO

milhares de €	2011	2010	11-10 Var
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE</b>			
Activos fixos tangíveis		4	-100,0%
Activos intangíveis	1.267	1.297	-2,3%
<b>ACTIVO CORRENTE</b>			
Clientes	389	774	-49,7%
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber	185	348	-46,8%
Caixa e equivalentes de caixa	1.925	2.420	-20,5%
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>3.766</b>	<b>4.843</b>	<b>-22,2%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	1.600	1.600	0,0%
Reservas	320	320	0,0%
Resultados transitados	-1	-1	0,0%
Resultado líquido do período	1.084	1172	-7,5%
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>3.003</b>	<b>3.091</b>	<b>-2,8%</b>
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Provisões	167	187	-10,7%
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Fornecedores	86	568	-84,9%
Estado e outros entes públicos	135	189	-28,6%
Accionistas/sócios	67	212	-68,4%
Outras contas a pagar	228	476	-52,1%
Diferimentos	80	120	-33,3%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>763</b>	<b>1.752</b>	<b>-56,4%</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>3.766</b>	<b>4.843</b>	<b>-22,2%</b>

## Perspetivas Futuras

A atividade da empresa, em 2012, continuará centrada no domínio da prestação de serviços de assessoria e gestão empresarial à empresa mãe e às empresas do Grupo.

## Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos positivos de 1.083.215,00€ sejam integralmente utilizados para distribuição de dividendos ao acionista.

Lisboa, 29 de Março de 2012

O Conselho de Administração

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Duarte Nuno Lopes Reis d'Araújo", with a horizontal line underneath.

Duarte Nuno Lopes Reis d'Araújo

Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Carlos Jesus Dias Alves", with a horizontal line underneath.

Carlos Jesus Dias Alves

Administrador

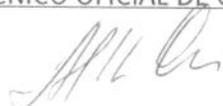
## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em Euros)

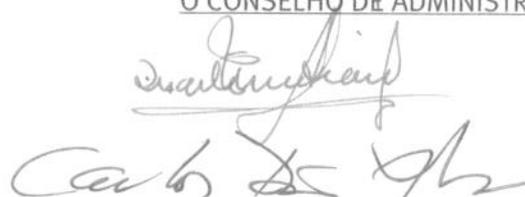
	Notas	31-12-2011	31-12-2010
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes	10	6.693.117	6.605.701
Pagamentos a fornecedores	17	(2.342.462)	(1.943.099)
Pagamentos ao pessoal	22	(2.672.686)	(2.245.145)
Fluxos gerados pelas operações		<u>1.677.969</u>	<u>2.417.457</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	26	(365.056)	(119.815)
Pagamento de outros impostos	18	(553.846)	(1.832.284)
Outros recebimentos/pagamentos	20	(176.379)	515.460
		<u>(1.095.281)</u>	<u>(1.436.639)</u>
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>582.688</u>	<u>980.818</u>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	7	(62)	(6.888)
Juros e rendimentos similares	25	100.309	41.657
		<u>100.247</u>	<u>34.769</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>100.247</u>	<u>34.769</u>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	25	(5.512)	(932)
Dividendos ao accionista	14	(1.172.059)	(3.134.512)
		<u>(1.177.571)</u>	<u>(3.135.444)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(1.177.571)</u>	<u>(3.135.444)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	4	(494.636)	(2.119.857)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2.419.817	4.539.674
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.925.181	2.419.817

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



CTT GEST - GESTÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS POSTAIS, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Unidade Monetária: Euro

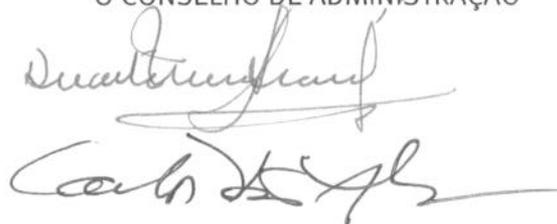
	NOTAS	31-12-2011	31-12-2010
Vendas e serviços prestados	19	3.452.839	5.369.905
Fornecimentos e serviços externos	21	(1.929.292)	(3.216.960)
Gastos com o pessoal	22	(2.552.655)	(2.700.996)
Provisões (aumentos/reduções)	16	20.483	(187.365)
Outros rendimentos e ganhos	20	2.425.529	2.391.889
Outros gastos e perdas	24	(2.577)	(732)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1.414.327</b>	<b>1.655.741</b>
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	23	(32.240)	(88.226)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1.382.087</b>	<b>1.567.515</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	25	100.909	35.518
Juros e gastos similares suportados	25	(5.569)	(931)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1.477.427</b>	<b>1.602.102</b>
Imposto sobre o rendimento do período	26	(393.115)	(430.043)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1.084.312</b>	<b>1.172.059</b>
Resultado por acção	14	3	4

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FININDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010.

(Valores expressos em Euros)

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2010		1.600.000	320.000	2.228.879	(2.202)	906.737	5.053.414
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO		1.600.000	320.000	2.228.879	(2.202)	906.737	5.053.414
RESULTADO INTEGRAL						1.172.059	1.172.059
						2.078.796	6.225.473
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Distribuições	14	-	-	(2.228.879)	1.105	(906.737)	(3.134.511)
				(2.228.879)	1.105	(906.737)	(3.134.511)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010		1.600.000	320.000	-	(1.097)	1.172.059	3.090.962
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO		1.600.000	320.000	-	(1.097)	1.172.059	3.090.962
RESULTADO INTEGRAL						1.084.312	1.084.312
						2.256.371	4.175.274
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Distribuições	14	-	-	-	-	(1.172.059)	(1.172.059)
						1.084.312	3.003.215
Saldo em 31 de Dezembro de 2011		1.600.000	320.000	-	(1.097)	1.084.312	3.003.215

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO




## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

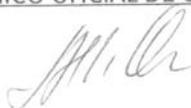
7

(Montantes expressos em Euros)

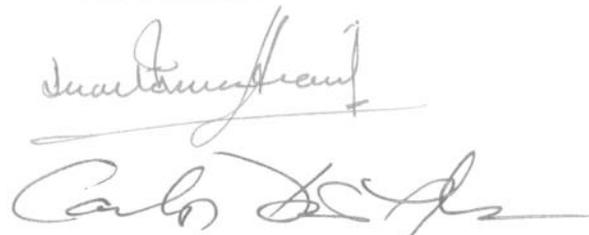
	Notas	31-12-2011	31-12-2010
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes	10	6.693.117	6.605.701
Pagamentos a fornecedores	17	(2.342.462)	(1.943.099)
Pagamentos ao pessoal	22	(2.672.686)	(2.245.145)
Fluxos gerados pelas operações		<u>1.677.969</u>	<u>2.417.457</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	26	(365.056)	(119.815)
Pagamento de outros impostos	18	(553.846)	(1.832.284)
Outros recebimentos/pagamentos	20	(176.379)	515.460
		<u>(1.095.281)</u>	<u>(1.436.639)</u>
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>582.688</u>	<u>980.818</u>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	7	(62)	(6.888)
Juros e rendimentos similares	25	100.309	41.657
		<u>100.247</u>	<u>34.769</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>100.247</u>	<u>34.769</u>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	25	(5.512)	(932)
Dividendos ao accionista	14	(1.172.059)	(3.134.512)
		<u>(1.177.571)</u>	<u>(3.135.444)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(1.177.571)</u>	<u>(3.135.444)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	4	(494.636)	(2.119.857)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2.419.817	4.539.674
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.925.181	2.419.817

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em Euros)

**ÍNDICE**

1.	NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
2.	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	3
3.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	4
3.1-	Activos fixos tangíveis .....	4
3.2	Activos intangíveis.....	5
3.3	Transacções e saldos em moeda estrangeira .....	5
3.4	Imparidade de activos tangíveis e intangíveis, excepto <i>goodwill</i> .....	6
3.5	Instrumentos financeiros .....	6
3.6	Resultados por acção .....	9
3.7	Distribuição de dividendos.....	9
3.8	Provisões e passivos contingentes .....	9
3.9	Locações.....	9
3.10	Rédito.....	10
3.11	Impostos .....	10
3.12	Regime do acréscimo .....	11
3.13	Julgamentos e estimativas .....	12
3.14	Matérias ambientais .....	12
3.15	Acontecimentos subsequentes .....	13
4.	FLUXOS DE CAIXA.....	13
5.	ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ERROS E ESTIMATIVAS .....	13
6.	PARTES RELACIONADAS .....	14
7.	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	17
8.	ACTIVOS INTANGÍVEIS.....	18
9.	GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS .....	19
10.	CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER .....	20
11.	DIFERIMENTOS .....	21
12.	CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO .....	21
13.	RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO .....	21
14.	DIVIDENDOS .....	22
15.	RESULTADOS POR ACÇÃO .....	22
16.	PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS.....	22
17.	FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR .....	23
18.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	23
19.	VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS .....	24
20.	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS .....	24
21.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	25



---

22.	GASTOS COM PESSOAL .....	25
23.	DEPRECIÇÕES/ AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS .....	26
24.	OUTROS GASTOS E PERDAS .....	26
25.	JUROS E RENDIMENTOS/GASTOS SIMILARES OBTIDOS/SUPORTADOS .....	27
26.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	27
27.	INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS .....	29
28.	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES .....	29

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A CTT GEST – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A. com sede na Rua de S. José nº.20 1166-001 Lisboa , tem como actividade principal a prestação de serviços de assessoria e gestão empresarial, bem como o licenciamento de direitos de propriedade intelectual e a compra, venda e locação de máquinas e equipamento de tratamento, transporte e distribuição de envios postais e outros bens móveis e imóveis.

Em conformidade, as presentes demonstrações financeiras da Empresa são as suas demonstrações financeiras que são expressas em Euros por esta ser a moeda principal das operações da Empresa

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as rectificações da Declaração de Rectificação nº67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto;
- Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso nº 15654/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas);
- Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

Em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) que integram o SNC. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no art. 1º da Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

Os activos fixos tangíveis adquiridos até um de Janeiro de 2009 (data da transição para SNC) encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação em vigor deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

#### 3.1- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do activo, (ii) as despesas directamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos activos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os activos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos activos tangíveis, são calculadas de acordo com o método da linha recta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos activos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de activos:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento básico	4 – 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros activos fixos tangíveis	5 – 10

A depreciação cessa quando os activos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um activo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os activos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes activos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como activos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

---

As mais ou menos valias decorrentes da alienação de activos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respectiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos “ ou “Outros gastos e perdas”.

### 3.2 Activos intangíveis

Os activos intangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os activos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os activos intangíveis, compreendem essencialmente despesas com patentes, software (sempre que este é separável do hardware e esteja associado a projectos em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros), licenças e outros direitos de uso. Também incluem as despesas de desenvolvimento dos projectos de I&D sempre que se demonstre a intenção e a capacidade técnica para completar esse desenvolvimento, a fim de o mesmo estar disponível para comercialização ou uso. As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método da linha recta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada, que se situa num período que varia entre 3 e 5 anos. Excepção para os activos respeitantes a propriedade industrial, que são amortizados durante o período de tempo em que tem lugar a sua utilização exclusiva e, para os activos intangíveis com vida útil indefinida, que não são objecto de amortização, sendo antes sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que possam estar em imparidade. A CTT GEST realiza testes de imparidade em Dezembro de cada ano.

As mais ou menos valias resultantes da alienação dos activos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

### 3.3 Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à

data do balanço, são registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” na Demonstração de resultados por naturezas do período.

As diferenças de câmbio positivas relativas a actividades de financiamento são relevadas na demonstração dos resultados por naturezas como “Juros e rendimentos similares obtidos” e as negativas como “Juros e gastos similares suportados”.

### 3.4 Imparidade de activos tangíveis e intangíveis, excepto *goodwill*

A Empresa efectua avaliações de imparidade dos seus activos fixos tangíveis e intangíveis, com vida útil definida, sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do activo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na actualização dos fluxos de caixa descontados reflecte o valor actual do capital e o risco específico do activo.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

### 3.5 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um activo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um activo financeiro é qualquer activo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se substancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os activos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outras contas a receber e Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os activos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos activos da Empresa após a subtracção de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as acções/ quotas da empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

#### Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua actividade. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como activo corrente. Caso contrário são classificadas como activo não corrente.

As contas a receber classificadas como activo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

As contas a receber classificadas como activo não corrente são mensuradas pelo respectivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

#### Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no activo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no activo não corrente. Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o seu custo amortizado não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e seus equivalentes” é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

### Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados ao custo ou ao custo amortizado. O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. São expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respectivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e, contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de "Outras contas a pagar".

### Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal das suas actividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respectivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

### Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

Os custos com a emissão de novas acções são reconhecidos directamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

---

### 3.6 Resultados por acção

Os resultados por acção são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas pelo número ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período.

### 3.7 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia-geral da Empresa e enquanto não pagos ao accionista, é reconhecida como um passivo.

### 3.8 Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a actualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de "Juros e gastos similares suportados".

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

### 3.9 Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efectuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes activos segue as regras aplicáveis aos activos tangíveis propriedade

da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação.

### 3.10 Rédito

O rédito relativo a vendas, e prestações de serviços, *royalties* e juros decorrentes da actividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflecte eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transacção também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/ transacção possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transacção ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

O rédito relativo à prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que as condições do seu reconhecimento, acima enumeradas, sejam satisfeitas e a fase de acabamento da transacção/ serviço possa ser razoavelmente estimada.

O rédito refere-se substancialmente a : (i) prestação de serviços de distribuição de correspondência e assessoria técnica a empresas do grupo; (ii) *royalties* da cedência do uso de marca e (iii) fee cobrado por cedência da utilização de licença .

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

### 3.11 Impostos

#### Imposto sobre o rendimento (“IRC”)

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades que engloba todas as empresas em que os CTT participam, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital social e que simultaneamente sejam residentes em Portugal e tributadas em sede IRC, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento e as retenções efectuadas por terceiros são registadas no balanço como contas a pagar e a receber dos CTT.

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando

---

se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período calculado de acordo com as leis fiscais vigentes à data do balanço. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos possam ser utilizados. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correcção pela Administração Tributária durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos posteriores a 2010 poderão vir a ser corrigidas, não sendo expectável, que das eventuais correcções venha a decorrer um efeito significativo nestas demonstrações financeiras. Contudo, este prazo poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, ou se tiver havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência.

### 3.12 Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respectivamente.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido facturados ou cuja factura de aquisição ainda não tenha sido recepcionada são registados por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos” relevados nas rubricas de balanço de “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar”, respectivamente. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registadas por contrapartida das rubricas de “Diferimentos” do passivo e do activo, respectivamente.

### 3.13 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizadas julgamentos e estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

#### (i) Activos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o activo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas reflectem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

#### (ii) Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afectar os resultados futuros.

### 3.14 Matérias ambientais

A Empresa tem a obrigação legal de evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental decorrentes das suas actividades, podendo incorrer em dispêndios para assegurar o integral cumprimento das suas obrigações.

### 3.15 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são reflectidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método directo, através da qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a actividade operacional, nomeadamente o imposto sobre o rendimento. As actividades de investimento incluem, nomeadamente pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de activos e recebimentos de juros. As actividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, juros pagos e pagamentos de dividendos.

Em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

	2011	2010
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	125.181	419.817
Depósitos bancários a prazo	1.800.000	2.000.000
Caixa e seus equivalentes (Balanço)	<u>1.925.181</u>	<u>2.419.817</u>

## 5. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ERROS E ESTIMATIVAS

Durante o exercício não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período anterior, apresentada para efeitos comparativos. Adicionalmente, não foram reconhecidos erros materiais relativos a estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras de períodos anteriores.

## 6. PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota 1, a Empresa é integralmente detida pelos CTT SA. Consequentemente todas as empresas que fazem parte do Grupo CTT foram consideradas como partes relacionadas da Empresa, i.e., o conceito de partes relacionadas inclui não apenas as suas próprias entidades subsidiárias e associadas mas também outras empresas subsidiárias dos CTT. As partes relacionadas também englobam os quadros chave da Empresa.

Os quadros chave são compostos pela Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Empresa e pelos responsáveis directamente dependentes da Administração.

Os termos ou condições praticados entre as partes relacionadas são em regra substancialmente idênticos aos que normalmente são contratados aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No decurso dos períodos findo em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011 foram efectuadas as seguintes transacções e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2011				
	Clientes e outras contas receber	Fornecedores e outras contas pagar	Accionistas / sócios e empresas do Grupo (SC)	Rendimentos	Gastos
<b>Empresas do Grupo CTT</b>					
Empresa Mãe	276.700	65.911	67.429	5.031.948	687.774
Outras partes relacionadas	113.093	-	-	967.186	-
	<u>389.793</u>	<u>65.911</u>	<u>67.429</u>	<u>5.999.134</u>	<u>687.774</u>
	2010				
	Clientes e outras contas receber	Fornecedores e outras contas pagar	Accionistas / sócios e empresas do Grupo (SC)	Rendimentos	Gastos
<b>Empresas do Grupo CTT</b>					
Empresa Mãe	674.752	93.166	212.416	6.834.981	1.352.769
Outras partes relacionadas	99.532	-	-	880.380	-
	<u>774.284</u>	<u>93.166</u>	<u>212.416</u>	<u>7.715.361</u>	<u>1.352.769</u>

SD- saldos devedores; SC - saldos credores

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, dos principais saldos devedores e credores era como segue:

	2011				
	Clientes	Total de contas a receber	Fornecedores e outras contas pagar	Accionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Total de contas a pagar
Empresa Mãe					
CTT Correios de Portugal, S.A.	276.700	276.700	65.911	67.429	133.340
CTT Expresso, S.A.	1.646	1.646	-	-	-
Payshop, S.A.	104.772	104.772	-	-	-
Mailtec Processos (Unipessoal)	6.675	6.675	-	-	-
	<u>389.793</u>	<u>389.793</u>	<u>65.911</u>	<u>67.429</u>	<u>133.340</u>
	2010				
	Clientes	Total de contas a receber	Fornecedores e outras contas pagar	Accionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Total de contas a pagar
Empresa Mãe					
CTT Correios de Portugal, S.A.	674.752	674.752	93.166	212.416	305.582
CTT Expresso, S.A.	1.588	1.588	-	-	-
Payshop, S.A.	97.944	97.944	-	-	-
	<u>774.284</u>	<u>774.284</u>	<u>93.166</u>	<u>212.416</u>	<u>305.582</u>

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, das principais transacções era como segue:

	2011			
	Activos fixos adquiridos	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos
Empresa Mãe				
CTT Correios de Portugal, S.A.	-	2.492.567	2.539.381	687.774
Outras partes relacionadas				
Payshop, S.A.	-	920.276	35.120	-
Mailtec Processos (Unipessoal)	-	-	11.790	-
	<u>-</u>	<u>3.412.843</u>	<u>2.586.291</u>	<u>687.774</u>
	2010			
	Activos fixos adquiridos	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos
Empresa Mãe				
CTT Correios de Portugal, S.A.	4.985	3.494.229	3.340.752	1.352.769
Outras partes relacionadas				
Payshop, S.A.	-	880.380	-	-
Mailtec Processos (Unipessoal)	-	-	-	-
	<u>4.985</u>	<u>4.374.609</u>	<u>3.340.752</u>	<u>1.352.769</u>

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, dos principais fluxos de caixa era como segue:

	2011				
	Pagamentos			Recebimentos	
	Actividades operacionais	Actividades de investimento	Total pagamentos	Actividades operacionais	Total recebimentos
Empresa Mãe					
CTT Correios de Portugal, S.A.	715.029	-	715.029	5.640.789	5.640.789
Outras partes relacionadas					
Payshop, S.A.	-	-	-	1.008.758	1.008.758
Mailtec Processos (Unipessoal)	-	-	-	62.800	62.800
	<u>715.029</u>	<u>-</u>	<u>715.029</u>	<u>6.712.347</u>	<u>6.712.347</u>
2010					
	Pagamentos			Recebimentos	
	Actividades operacionais	Actividades de investimento	Total pagamentos	Actividades operacionais	Total recebimentos
Empresa Mãe					
CTT Correios de Portugal, S.A.	1.367.316	4.985	1.372.301	5.729.386	5.729.386
Outras partes relacionadas					
Payshop, S.A.	-	-	-	919.720	919.720
	<u>1.367.316</u>	<u>4.985</u>	<u>1.372.301</u>	<u>6.649.106</u>	<u>6.649.106</u>

## 7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 30 de Dezembro de 2010, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos “Activos fixos tangíveis”, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2011
	Equip. Administrativo
<b>Activos fixos tangíveis</b>	
Saldo inicial	8.995
Alienações	(8.995)
Saldo final	-
<b>Depreciações acumuladas e</b>	
Saldo inicial	4.520
Aumentos	830
Alienações	(5.350)
Saldo final	-
<b>Activos fixos tangíveis líquidos</b>	-
	2010
	Equipamento administrativo
<b>Activos fixos tangíveis</b>	
Saldo inicial	5.041
Aquisições	4.985
Alienações	(1.031)
Saldo final	8.995
<b>Depreciações acumuladas e</b>	
Saldo inicial	3.742
Depreciações do período	1.809
Alienações	(1.031)
Saldo final	4.520
<b>Activos fixos tangíveis líquidos</b>	4.475

## 8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, o movimento ocorrido nas principais classes de activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	2011		
	Projectos desenvolv.	Propriedade industrial	Total
<b>Activos intangíveis</b>			
Saldo inicial	655.596	3.326.814	3.982.410
Saldo final	655.596	3.326.814	3.982.410
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas</b>			
Saldo inicial	655.583	2.029.784	2.685.367
Amortizações do período	13	31.397	31.410
Saldo final	655.596	2.061.181	2.716.777
<b>Activos intangíveis líquidos</b>	<u>-</u>	<u>1.265.633</u>	<u>1.265.633</u>
	2010		
	Projectos desenvolv.	Propriedade industrial	Total
<b>Activos intangíveis</b>			
Saldo inicial	655.596	3.326.814	3.982.410
Saldo final	655.596	3.326.814	3.982.410
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas</b>			
Saldo inicial	600.563	1.998.387	2.598.950
Amortizações do período	55.020	31.397	86.417
Saldo final	655.583	2.029.784	2.685.367
<b>Activos intangíveis líquidos</b>	<u>13</u>	<u>1.297.030</u>	<u>1.297.043</u>



---

## 9. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A gestão dos riscos financeiros integra o Sistema de Gestão do Risco da Empresa cuja coordenação é conduzida pela unidade Gestão do Risco Corporativo, com report directo ao Conselho de Administração. As direcções de Finanças Corporativas e de Serviços de Contabilidade e Finanças da Unidade de Serviços Partilhados asseguram a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transacções cambiais assim como a gestão do risco de contrapartes da Empresa e a monitorização do risco cambial, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. (Nota de aplicação exclusiva aos CTT – Correios de Portugal, S.A.)

Dos riscos financeiros destacam-se os riscos de crédito, os riscos de mercado, de taxa de juro e cambial, e os riscos de liquidez.

### Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando em perdas financeiras para a Empresa. Na Empresa o risco de crédito situa-se essencialmente nas contas a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a sua actividade operacional e de tesouraria.

O risco de crédito nas contas a receber é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios da Empresa com o objectivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respectivo perfil e antiguidade da conta a receber, acompanhando a evolução do nível de crédito concedido, e analisando a recuperabilidade dos valores a receber. O agravamento das condições económicas ou as adversidades que afectem as economias podem originar incapacidade dos clientes para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados da Empresa. Os saldos a receber referem-se substancialmente a empresas do grupo o que mitiga este risco.

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está essencialmente relacionado com os juros obtidos com a aplicação dos excedentes de tesouraria.

Os ganhos resultantes das operações financeiras são importantes, pelo que as alterações das taxas de juro têm um impacto directo na receita financeira da Empresa.

Com o propósito de reduzir o impacto do risco de taxa de juro, a Empresa acompanha numa base regular e sistemática as tendências de mercado, com vista a alavancar a relação prazo/ taxa por um lado e risco/ rentabilidade por outro.

### Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para actividades operacionais e de financiamento, os investimentos e a remuneração do accio-

nista. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações e nas disponibilidades de caixa, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

## 10. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011 as rubricas “Clientes” e “Outras contas a receber” apresentavam a seguinte composição:

	2011		2010	
	Quantia bruta	Quantia líquida	Quantia bruta	Quantia líquida
<b>Clientes</b>				
Correntes	389.793	389.793	774.284	774.284
	<u>389.793</u>	<u>389.793</u>	<u>774.284</u>	<u>774.284</u>
<b>Outras contas a receber</b>				
Correntes	185.817	185.817	347.740	347.740
	<u>185.817</u>	<u>185.817</u>	<u>347.740</u>	<u>347.740</u>
	<u>575.610</u>	<u>575.610</u>	<u>1.122.024</u>	<u>1.122.024</u>

### Clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, a antiguidade do saldo do item “Clientes” é detalhada conforme se segue:

	2011		2010	
	Empresas do Grupo	Total	Empresas do Grupo	Total
<b>Clientes</b>				
Saldo não vencido	388.205	388.205	772.697	772.697
Saldo vencido:				
> 360 dias	1.588	1.588	1.588	1.588
	<u>389.793</u>	<u>389.793</u>	<u>774.285</u>	<u>774.285</u>

### Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, as rubricas de “Outras contas a receber” apresentavam o seguinte detalhe:

	2011	2010
<b>Corrente</b>		
Devedores por acréscimo de rendimentos	169.152	332.278
Outros activos correntes	16.665	15.462
	<u>185.817</u>	<u>347.740</u>

## 11. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Diferimentos” do activo corrente e do passivo corrente apresentava a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Diferimentos passivos (Rendimentos a reconhecer)		
Não correntes		
Outros	80.023	120.019
	<u>80.023</u>	<u>120.019</u>

## 12. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

### Capital

Em 31 de Dezembro de 2011 o capital da Empresa era composto por 320.000 acções com o valor nominal de 5,00€ cada, sendo detido na sua totalidade pelo accionista CTT Correios de Portugal, SA. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

## 13. RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

### Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de “Reservas legais” apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo inicial		
Saldo final	320.000	320.000
	<u>320.000</u>	<u>320.000</u>

### Resultados transitados

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	2011	2010
Saldo inicial	(1.097)	(2.202)
Outras variações	-	1.105
Saldo final	<u>(1.097)</u>	<u>(1.097)</u>

### 14. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral realizada em 20 de Maio de 2011, foi aprovada a distribuição de um dividendo de 3,66€ por acção referente ao período 2010, tendo sido pago o dividendo total de 1.172.059€ no mês de Junho de 2011.

### 15. RESULTADOS POR ACÇÃO

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, os resultados por acção foram calculados como segue:

	2011	2010
Resultado líquido do período	1.084.312	1.172.059
Nº médio de acções ordinárias	320.000	320.000
Resultado líquido por acção	<u>3,39</u>	<u>3,66</u>

### 16. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

#### Provisões

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, as “Provisões” constituídas pela Empresa tiveram o seguinte movimento:

	2011			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões não correntes				
Processos judiciais	187.365	30.001	(50.483)	166.883
	<u>187.365</u>	<u>30.001</u>	<u>(50.483)</u>	<u>166.883</u>
	2010			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões não correntes				
Processos judiciais	-	187.365	-	187.365
	<u>-</u>	<u>187.365</u>	<u>-</u>	<u>187.365</u>
	<u>-</u>	<u>187.365</u>	<u>-</u>	<u>187.365</u>

As reversões respeitam a anulações por as quantias provisionadas se revelarem desnecessárias.

A provisão para outros riscos e encargos inclui uma provisão no montante de 166.883 Euros para cobertura de presumíveis gastos com um conjunto de processos judiciais em curso no Tribunal do Trabalho.

## 17. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011, as rubricas “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

### Fornecedores

	2011			2010		
	Empresas do Grupo	Outros fornecedores	Total	Empresas do Grupo	Outros fornecedores	Total
Fornecedores, conta corrente:						
0-30 dias	65.911	6.597	72.508	93.166	461.251	554.417
>360 dias		13.182	13.182	-	13.182	13.182
	<u>65.911</u>	<u>19.779</u>	<u>85.690</u>	<u>93.166</u>	<u>474.433</u>	<u>567.599</u>

### Outras contas a pagar

	2011	2010
Corrente		
Credores por acréscimos de gastos	201.502	465.294
Outros	26.621	10.980
	<u>228.123</u>	<u>476.274</u>

## 18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	2011	2010
Passivo corrente		
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (Nota 38)		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	18.136	20.073
Imposto sobre o valor acrescentado	68.002	52.958
Contribuições para a Segurança Social	48.923	115.694
	<u>135.061</u>	<u>188.725</u>

O passivo corrente relativo ao imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas foi apurado como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Passivo corrente</b>		
Estimativa de imposto	(393.115)	(430.043)
Pagamentos por conta e especial por conta	228.960	213.766
Retenção na Fonte	173.046	144.427
	<u>8.891</u>	<u>(71.850)</u>

#### 19. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, as categorias significativas do rédito da Empresa eram as seguintes:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prestação de serviços	3.452.839	5.369.905
	<u>3.452.839</u>	<u>5.369.905</u>

#### 20. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, a composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” era conforme se segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Cedência de Pessoal	2.422.991	2.385.451
Outros ganhos	2.538	6.438
	<u>2.425.529</u>	<u>2.391.889</u>



## 21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” tinha a seguinte composição:

	2011	2010
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	1.638.493	2.479.518
Conservação e reparação	9.885	2.609
Materiais	432	569
Energia e fluídos	32.202	44.407
Deslocações, estadas e transportes	1.798	4.105
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	61.434	161.068
Comunicação	5.995	11.443
Seguros	19.626	19.044
Contencioso e notariado	1.003	1.819
Outros serviços	158.424	492.378
	<u>1.929.292</u>	<u>3.216.960</u>

## 22. GASTOS COM PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de “Gastos com o pessoal” tinha a seguinte composição:

	2011	2010
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 6)	9.480	10.015
Remunerações do pessoal	1.819.093	1.805.155
Indemnizações	-	62.392
Encargos sobre remunerações	458.674	471.374
Subsídio de alimentação	224.027	250.970
Abonos quilométricos e prémios de desempenho	23.922	53.787
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	-	10.162
Outros gastos com o pessoal	17.459	37.141
	<u>2.552.655</u>	<u>2.700.996</u>

### Remunerações dos órgãos sociais

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011, as remunerações atribuídas ao Conselho Fiscal da Empresa, foram as seguintes:

	2011	2010
Conselho Fiscal		
Remunerações fixas	9.480	10.015
	<u>9.480</u>	<u>10.015</u>

Aos membros do Conselho de Administração não foram atribuídas remunerações pelo facto de os mesmos serem membros do Conselho de Administração dos CTT Correios de Portugal, S.A.

### 23. DEPRECIACÕES/ AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe das “Gastos/ reversões de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	2011	2010
Activos fixos tangíveis	830	1809
Activos intangíveis	31.410	86.417
	<u>32.240</u>	<u>88.226</u>

### 24. OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, a decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” era conforme segue:

	2011	2010
Impostos e taxas	695	170
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	2	-
Multas	-	153
Indemnizações contratuais	-	409
Serviços bancários	1.881	-
	<u>2.578</u>	<u>732</u>

## 25. JUROS E RENDIMENTOS/GASTOS SIMILARES OBTIDOS/SUPOSTADOS

No decurso do período findo em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de “Juros e rendimentos similares obtidos” tinha o seguinte detalhe:

	2011	2010
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	100.909	35.519
	<u>100.909</u>	<u>35.519</u>

No decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2011, a rubrica “Juros e gastos similares suportados” encontrava-se detalhada como se segue:

	2011	2010
Juros suportados		
Outros juros	5.512	-
Outros gastos de financiamento	57	931
	<u>5.569</u>	<u>931</u>

## 26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”) à taxa normal de 12,5% na parte da matéria colectável que não ultrapasse os 12.500 Euros e 25% na parte excedente, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 2,5% do excedente do lucro tributável em 2.000.000 Euros, atingindo-se uma taxa máxima agregada de cerca de 29%.

## Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, a reconciliação entre o montante resultante da aplicação da taxa nominal de imposto ao resultado antes de impostos e o gasto com imposto sobre o rendimento foi como segue:

	2011	2010
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>1.477.427</b>	<b>1.602.102</b>
Taxa nominal de imposto até 12.500€	12,5%	12,5%
Taxa nominal de imposto entre 12.500€ e 2.000.000€	25,0%	25,0%
Taxa nominal de imposto superior a 2.000.000€	27,5%	27,5%
<b>Imposto esperado</b>	<b>367.794</b>	<b>398.963</b>
Diferenças permanentes		
Variações patrimoniais negativas	-	(1.102)
Menos valias contabilísticas	2	-
Mais valias fiscais	1	300
Multas e coimas	-	153
Gastos não documentados	-	409
Mais valias contabilísticas	(4)	(300)
Total de acertos	(1)	(540)
Lucro tributável	1.477.426	1.601.562
Colecta	367.794	398.828
Ajustamentos à colecta-Tributação autónoma	3.159	7.192
Ajustamento à colecta - derrama	22.161	24.023
<b>Impostos sobre o rendimento do período</b>	<b>393.114</b>	<b>430.043</b>
Taxa efectiva de imposto	26,61%	26,84%
<b>Impostos sobre o rendimento do período</b>		
Imposto corrente	393.114	430.043
	<b>393.114</b>	<b>430.043</b>

## Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

## 27. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

A Empresa subscreveu um seguro de responsabilidade civil destinado a assegurar a cobertura de responsabilidades ambientais decorrentes da transposição para o ordenamento jurídico português, através do Decreto-Lei n.º14/2008 de 29 de Julho, da Directiva relativa à responsabilidade administrativa pela prevenção e reparação de danos ambientais, nomeadamente, (i) danos causados às espécies e habitats naturais protegidos, (ii) danos causados à água e contaminação do solo através de poluição que criem um risco significativo à saúde humana.

## 28. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

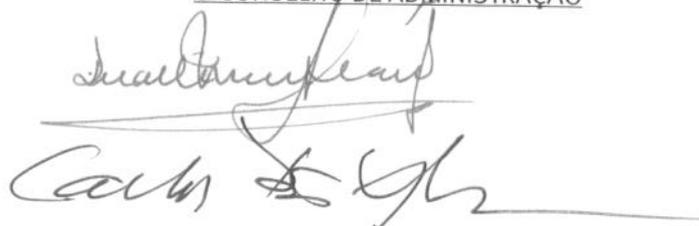
### Autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa e autorizadas para emissão em 29 de Março de 2012. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





## ***Certificação Legal das Contas***

### ***Introdução***

1 Examinámos as Demonstrações Financeiras da CTT Gest – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, SA (CTT Gest), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de €3.766.424 e um total de Capital próprio de €3.003.215, incluindo um Resultado líquido do exercício de €1.084.312), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### ***Responsabilidades***

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de Gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ***Âmbito***

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de se obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*  
*Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal*  
*Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.com/pt](http://www.pwc.com/pt)*  
*Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

### **Opinião**

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CTT Gest – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, SA em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

30 de Março de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.



## ***Relatório e Parecer do Fiscal Único***

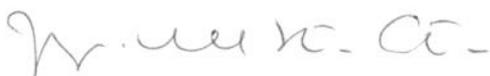
Senhores Accionistas,

- 1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da CTT Gest – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, SA relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
- 2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da actividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.
- 3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo.
- 4 No âmbito das nossas funções verificámos que:
  - i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, das alterações no capital próprio, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;
  - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
  - iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;
  - iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
- 5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:
  - i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
  - ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
  - iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

30 de Março de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.